

## **Políticas de Apoio e Proteção à Criança**

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores membros do Governo,

No passado dia 20 de novembro, celebrou-se o 24º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança. A juventude da Convenção é o testemunho de como a construção do lugar da criança, na sociedade e no Direito, tem sido um processo difícil e moroso. Um processo onde os avanços legislativos ocorrem a um ritmo muito mais acelerado do que aquele que verificamos nas alterações às representações sociais em torno da infância.

Representadas e tratadas, durante séculos, como adultos em miniatura, as crianças tiveram que aguardar até à segunda metade do século XX para que a sociedade as visse como sujeitos de direitos que, na sua especialidade, constituem uma parte inalienável e indivisível dos direitos humanos, mas que exige uma abordagem particular.

Apesar do enorme alcance da Convenção e de muitas legislações nacionais, as crianças, frágeis e, muitas vezes, sem voz, continuam a confrontar-se com formas variadas de violação dos seus direitos que comprometem o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.

Em qualquer comunidade política é, pois, indispensável, garantir a existência de políticas públicas especificamente dirigidas à promoção dos direitos das

crianças e à sua proteção e é justo reconhecer os enormes progressos alcançados nos Açores.

Passámos de uma infância escondida, muitas vezes entregue a si própria na resolução dos seus problemas, para uma situação que se caracteriza por uma importante panóplia de respostas diversificadas, integradas e transversais a várias áreas da governação, como a segurança social, a educação e a saúde, e que implicaram um investimento muito relevante em recursos técnicos.

Todos os anos, centenas de profissionais na Região dedicam-se a tornar uns Açores um lugar cada vez melhor para as suas crianças.

Cabe aqui destacar o vasto sistema de promoção e proteção que envolve, quer na prevenção primária, quer na resolução de situações concretas de perigo, os diversos níveis de poder público e a sociedade civil. Saúdo, nesta matéria, a sensibilidade e o empenho do Governo dos Açores, cujo compromisso com a melhoria do sistema é afirmado nas propostas que analisamos.

Entretanto, aguardamos, com expectativa, a conclusão do processo de revisão do sistema de promoção e proteção desencadeado pelo Governo da República na sequência das conclusões do denominado Grupo de Trabalho para a Agenda da Criança, desejando que se consubstancie na remoção de obstáculos identificados no funcionamento daquele sistema e na implementação de soluções que melhorem a sua operacionalização e não, como temos assistido ultimamente, ao retorno ao modelo assistencialista onde a dignidade da pessoa humana já não é um valor em si mesmo.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Com o Plano e Orçamento que esta semana apreciamos o Governo Regional compromete-se não só a manter a rede de respostas existente como, também, a melhorá-la e ampliá-la.

Referimo-nos às redes de amas e creches, fundamentais à conciliação da vida profissional e familiar, à educação pré-escolar e atividades de tempos livres e às respostas mais específicas dirigidas a crianças cujos direitos estão sob ameaça, como é o caso das equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais, a rede de centros de acolhimento temporário, os lares de infância e juventude e os centros de desenvolvimento e inclusão juvenil.

Com as propostas de Plano de Investimentos e de Orçamento para 2014 o Governo Regional mantém os compromissos assumidos, nesta matéria, no Programa de Governo, quando definiu, como objetivo da sua ação, a implementação de uma política integrada de promoção dos direitos e proteção social das crianças e jovens.

O caminho percorrido diz-nos que estamos no bom caminho. Triplicámos o número de respostas sociais e o número de crianças abrangidas e diferenciámos as soluções em função dos problemas específicos identificados.

Importa prosseguir o trabalho que temos desenvolvido na melhoria da cobertura geográfica e reforçar a formação dos diversos profissionais com intervenção em matéria de promoção dos direitos da criança e na sua proteção,

dando ênfase à implementação de mecanismos de acompanhamento e supervisão técnica.

Continuaremos a investir nos programas de formação parental e reunificação familiar sem, contudo, perder de vista que o tempo útil da criança é muito mais curto do que o tempo do adulto, pelo que a agilização dos processos de decisão e de encaminhamento deve ser uma prioridade.

A infância é um tempo de oportunidade e a qualidade de vida desse tempo determina a capacidade dos indivíduos de desenvolverem o seu potencial colocando-o ao serviço das suas comunidades e da sua realização pessoal.

Uma infância com acesso a cuidados de qualidade é uma importantíssima ferramenta no combate à exclusão e a melhor forma de garantir a igualdade de oportunidades.

Continuaremos a trabalhar pela qualidade de vida das nossas crianças e jovens, apoiando-os no seu crescimento pessoal e na construção da sua autonomia.

Este é o compromisso do Partido Socialista que se reflete nas previsões deste Plano e Orçamento.

Disse.

Isabel Almeida Rodrigues

Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Açores

Horta, sala das sessões 26 de novembro de 2013